

DIREITO

1. Existem determinados princípios inerentes ao regime jurídico dos servidores públicos. O princípio da continuidade do serviço público é um deles. Sobre tal princípio, podemos afirmar:

- (a) Baseia-se no fato de que o serviço público não pode parar, tendo especial aplicabilidade com relação aos contratos administrativos e ao exercício da função pública.
- (b) Apesar de estipular prazo para a realização do serviço, não pode impor prazos rigorosos ao contraente.
- (c) Não se aplica a teoria da imprevisão.
- (d) O reconhecimento de privilégios para a administração pública abrange a encampação e o uso de recursos materiais da empresa contratada, não podendo se falar em uso de recursos humanos.

2. Não é uma características do Poder de Polícia:

- (a) discricionariedade.
- (b) delegabilidade.
- (c) autoexecutoriedade.
- (d) coercibilidade.

3. Analise as seguintes afirmativas:

I- Quando a Constituição Federal fala em concurso público, ela está exigindo procedimento aberto a todos os interessados, ficando vedados os chamados concursos internos.

II- A função pública, em paralelo a cargo e emprego, só existirá para os contratados por tempo determinado para atender necessidades temporárias e de excepcional interesse público.

III- O art. 37, III, da CF fixa o prazo de validade de dois anos para validade do concurso público, prorrogável por mais dois anos.

IV- A prorrogação referida no item acima é obrigatória.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Todas as afirmativas estão corretas.
- (b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (c) As afirmativas II, III, e IV estão incorretas.
- (d) Todas as afirmativas estão incorretas.

4. Quando de sua atuação em juízo, o Estado do Pará, representado judicialmente pela Procuradoria-Geral do Estado, desfruta de diferentes prerrogativas não extensíveis aos particulares. O tratamento diferenciado dispensado à Fazenda Pública encontra supedâneo no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, legitimando-se, portanto, certo desequilíbrio processual face ao particular. À luz das disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- (a) Quando citado para integrar a relação processual, desfrutará o Estado do Pará do prazo em dobro para oferecer contestação.
- (b) A citação do Estado do Pará em juízo será efetivada diretamente perante à Casa Civil, órgão integrante da estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.
- (c) A intimação do Estado do Pará por meio de publicação em Diário de Justiça Eletrônico desrespeita as prerrogativas da Fazenda Pública, devendo a intimação ser pessoal, por carga, remessa ou meio eletrônico.
- (d) Para interpor recurso, o prazo recursal do Estado do Pará será computado de forma dobrada.

5. Recurso é um meio de impugnação da decisão judicial, previsto em lei, para, no mesmo processo, reformar, invalidar, esclarecer ou integrar a decisão judicial. Acerca das disposições gerais dos meios de impugnação, assinale a alternativa correta:

- (a) O recurso deverá sempre ser total, impugnando todo o conteúdo impugnável da decisão, não se admitindo o recurso parcial, quando se impugna apenas parte do que poderia ter sido impugnado.
- (b) A admissibilidade do recurso interposto pela Fazenda Pública está sujeita à comprovação do preparo, que significa o adiantamento das despesas relacionadas ao processamento do recurso.
- (c) O Código de Processo Civil optou por padronizar o prazo dos recursos. Os recursos ficam com prazo de 15 dias, ressalvando-se os embargos de declaração e o agravo interno, nos quais o prazo foi fixado em 5 dias.
- (d) O recurso sujeita-se a um duplo juízo: admissibilidade e mérito. No primeiro, se aferirá se estão presentes requisitos sem os quais não é possível sequer examinar o que foi pedido; no segundo, se aferirá se o recorrente tem ou não razão naquilo que alega como motivo para reforma, invalidação, esclarecimento e integração da decisão recorrida.

6. A execução contra a Fazenda Pública é regida por um regime jurídico especial, tendo em vista que os bens públicos na perspectiva do direito material são tidos como inalienáveis, assim como no âmbito processual são impenhoráveis. Sobre a temática da execução, assinale a alternativa incorreta:

- (a) Intimada do cumprimento de sentença que veicular o dever de pagar quantia certa, o Estado do Pará terá o prazo de 30 (trinta) dias para, em autos apartados, opor embargos à execução.
- (b) O Estado do Pará, por ocasião da oposição dos embargos à execução, poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.
- (c) A satisfação de obrigação pecuniária consubstanciada em título executivo judicial em face do Estado do Pará deverá ser processada, a depender da quantia, pelo regime de precatório ou requisição de pequeno valor.
- (d) A contar da entrega do ofício requisitório formulado pelo juiz, o Estado do Pará terá o prazo de 2 (dois) meses para o pagamento da obrigação de pequeno valor.

7. Considerando o disposto na Carta Magna brasileira a respeito da Ordem Social, assinale a alternativa correta:

- (a) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito privado ou convênio, tendo preferência as entidades que já recebam subsídios governamentais.
- (b) Lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas igualitárias a todos, inclusive aos que se encontram em situação de informalidade.
- (c) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais ou administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- (d) É obrigatório aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

8. Nos termos do Texto Constitucional, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. São dadas as seguintes afirmações:

- I - As unidades de conservação, criadas por ato do Poder Público, fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e são constituídas pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais.
- II - As florestas consideradas de preservação permanente podem ser suprimidas nos excepcionais casos previstos na legislação.

III - A Constituição atribui ao poder público e à coletividade o dever de defender um meio ambiente ecologicamente equilibrado, podendo a delimitação dos espaços territoriais protegidos ser feita somente por decreto.

IV - Os espaços especialmente protegidos só podem estar localizados em áreas públicas.

Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (a) As alternativas I, II e III estão corretas.
- (b) Somente a alternativa II está correta.
- (c) As alternativas I e II estão corretas.
- (d) Somente a alternativa IV está correta.

9. Assinale a alternativa correta acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos no Texto Constitucional:

- (a) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, somente será objeto de penhora para pagamento de débitos alimentares.
- (b) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais dependem de regulamentação infraconstitucional para sua aplicação.
- (c) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações somente de seu interesse particular, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado
- (d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

10. A Constituição Federal estabelece que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Nesse sentido, no que tange às regras a serem seguidas pela administração pública, é correto afirmar que:

- (a) As obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, podendo a administração efetuar contratações diretas sempre que devidamente justificadas.
- (b) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários para dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico; dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, sendo que tal proibição de acumulação estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- (c) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário devem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (d) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, sendo o prazo de validade do concurso público de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.

GABARITO:

1. A
2. B
3. B
4. B
5. D
6. A
7. C
8. C
9. D
10. B